

Atas
VI Congresso Transfronteiriço

Cultura Celta

Ponte da Barca

Edição
Município de Ponte da Barca
Ponte da Barca. Maio de 2013

Ficha Técnica

Título

Actas do VI Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta de Ponte da Barca

Edição e propriedade

Município de Ponte da Barca

Coordenação científica

Fátima Lobo

Coordenação editorial

Fátima Lobo e Manuel Joaquim Gonçalves Pereira

Projecto gráfico

Augusto Borges (www.augustoborges.com)

Local e data de edição

Ponte da Barca, Maio de 2013

Impressão e acabamento

Tip. Artes Gráficas Bacelar & Irmãos, Lda.

Ponte da Barca e Arcos de Valdevez

E-mail: graficabacelar@sapo.pt

Tiragem

500 exemplares

Depósito legal

359208/13

Os textos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



SEGUNDO PAINEL

A Cultura como Fator de Equilíbrio Psicossocial

Presidente da Mesa

FÁTIMA LOBO

Universidade Católica Portuguesa – Braga (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos)
Instituto Estudos de Cultura Celta

O Direito Primitivo Ibérico e as Provas Ordálicas Medievais

JOSÉ DOMINGUES

Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Porto

Celtas, Carl Jung e o Simbolismo que Cura: Uma Visão da Psicologia

JOÃO CARLOS MAJOR

Universidade Católica Portuguesa – Braga (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos)

Celtas nas Fontes Clássicas

ANTÓNIO MARIA MARTINS MELO

Universidade Católica Portuguesa – Braga (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos)
Instituto Estudos de Cultura Celta

Resumos Curriculares Segundo Painei

José Domingues

Professor da Faculdade de Direito na Universidade Lusíada do Porto; investigador do CEJEA - Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais; doutorado pela Universidade de Santiago de Compostela, com o tema «As Ordenações Afonsinas – Três Séculos de Direito Medieval (1211-1512)». Tem diversos trabalhos publicados em revistas científicas, sobretudo, no âmbito da História do Direito e da História Constitucional.

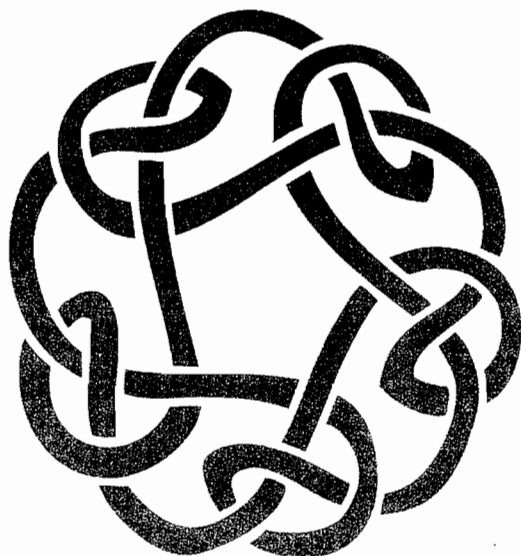
João Carlos Major

Psicólogo Clínico, Doutor em Psicologia pela Universidad de Extremadura, Espanha (2011); D.E.A. em Psicologia pela Universidad de Extremadura, Espanha (2009); Mestre em Filosofia, área de especialização de Ciências Cognitivas, pela Universidade Católica Portuguesa (2005); Licenciado em Psicologia, área de especialização de Psicologia Clínica, pelo Instituto Superior da Maia, Portugal (2003); Licenciado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa (1998). Professor de Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, UCP.

António Maria Martins Melo

Nasceu em 1959, em S. Pedro de Avelãs de Cima, concelho de Anadia.

É Professor Auxiliar da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, em Braga, onde se licenciou em Humanidades, em 1984. Após ter exercido a docência no Ensino secundário e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro até 1988, integra, neste mesmo ano, o quadro de professores da sua alma mater. Publica em 1994, a obra *Ideias pedagógicas na comédia de Terêncio*. Ainda em Literatura Latina, na área do Humanismo Renascentista em Portugal, onde prioritariamente tem desenvolvido a sua investigação, vem a doutorar-se em 2001, com uma tese publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2004: *Teatro jesuítico em Portugal no século XVI. A Tragicomédia Iosephus do Pe. Luís da Cruz, S. J.*



Celtas nas Fontes Clássicas

ANTÓNIO MARIA MARTINS MELO

Universidade Católica Portuguesa – Braga (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos)
Instituto Estudos de Cultura Celta

Na altura em que aceitei a tarefa de falar acerca do tema que nos traz aqui, estava longe de imaginar as dificuldades que me esperavam. Desde logo por que não sou um especialista em questões relacionadas com a antiguidade do actual território português, nomeadamente quanto ao seu povoamento. Na ocasião, entrevi nesta proposta a possibilidade de reforçar a importância do estudo da história, enquanto marco fundamental para a definição da identidade de um povo, de uma nação e, concomitantemente, para a nossa própria identidade, na sua singularidade. E à medida que se torna mais consciente, porque mais esclarecida, a nossa pertença a uma determinada comunidade, tanto mais fortes são os laços solidários que nos unem mutuamente. Por isso, entendo que dificilmente se desenvolve e afirma a solidariedade em sociedades que, pura e simplesmente, desprezam o estudo da História. E naturalmente sobra o desnorte, como há muito sublinhou o escritor transmontano, Adolfo Correia da Rocha (1907-1995), de seu pseudónimo literário, Miguel Torga (1993: 17). Diz ele, no *Diário XVI*, a 3 de Maio de 1990:

Não há dúvida. Perdemos colectivamente o rumo e não há bússola política, nem gajeiro partidário que nos valha. Indiferentes à lição do passado, que já nenhuma escola nos ensina, sem ânimo e sem estímulo para sonhar e merecer o futuro, granjeamos passivamente a courela do tempo, até esquecidos de que estamos no presente e somos seus contemporâneos e protagonistas.

Injustamente banido do nosso cânone literário escolar, fica assim privada a nossa juventude de fruir das mais belas páginas de prosa inspiradas por um dos espíritos mais autênticos do que é ser português (Torga, 1993: 70-71):

Foi difícil meter-lhe no entendimento a evidência de que sou, por nascimento e cultura, europeu, e quero continuar a sê-lo desvanecidamente. Mas que sou também brasileiro, angolano, moçambicano, goês, macaense, cabo-vediano, guinéu, timorense e cidadão de

todos os mundos por nós descobertos e por descobrir, e vivo a sonhar um padrão português erguido neles em cada esquina.

Este espírito universalista, no meio do desconcerto do mundo a que, dois meses mais tarde, a sua arguta anciania ditar-lhe-ia um texto de tremenda actualidade, daqueles marcos que nos impõem a sua obra como uma produção singular, que há muito lhe reservou um lugar na História, sem favor (Torga, 1993: 24):

Reunificação alemã. Era uma necessidade, mas Deus nos defenda. A Alemanha é na Europa o que Castela é na Espanha: nunca terá paz, nem deixará haver paz enquanto não conseguir polarizar em si todos os horizontes que lhe caibam na retina. E tem à frente um militarista que manobra e combate com marcos.

Esta evocação de Miguel Torga, um eco da justíssima homenagem que a XIV edição da Feira do Livro de Ponte da Barca lhe consagrou, por ocasião do centenário do seu nascimento, vai lançar-nos no âmago da nossa questão: quem são os Celtas, nas fontes clássicas?

Organizados em tribos, os celtas são povos pertencentes ao grupo linguístico dos indo-europeus. O seu *habitat* primitivo ficava no sudoeste da Alemanha, tendo daí migrado para diferentes regiões, a partir do segundo milénio antes de Cristo. Assim, os seus domínios estenderam-se às Ilhas Britânicas, ao norte de Itália, a denominada Gália e, a Oriente, depois de atravessarem a Trácia, haviam de atingir as planícies da Anatólia, no séc. III a. C.

A Península Ibérica, os povos celtas, conhecedores da metalurgia do ferro, terão chegado entre os séculos VIII-VI a. C., na II Idade do Ferro (cultura *La Tène*), fixando-se na meseta ibérica; da sua mistura com os povos nativos, os Iberos, que ainda viviam na Idade do Bronze, vêm a surgir os Celtiberos. Trata-se de um *habitat* que se situava nas regiões montanhosas da Hispânia romana onde ainda hoje nascem os rios Douro, Tejo e Guadiana.

Apesar desta aparente simplicidade da exposição, muitas são as dificuldades afrontadas na leitura das fontes clássicas, nomeadamente quanto as questões relacionadas com a localização geográfica dos diferentes grupos étnicos. Essas dificuldades tornam-se ainda maiores quando se usam estas fontes, em grego e latim, para caracterizar a identidade étnica e cultural destes povos, o que obriga os historiadores a recuar ainda mais no tempo, nomeadamente até ao século VIII a. C. (cultura de *Halstatt*); na verdade, todas estas fontes escritas são bem posteriores a este período.

Os historiadores gregos vão designar os povos celtas por *Keltoi* (*Keltoi*); o primeiro deles parece ter sido Hecateu (560 - 480 a. C.), natural de Mileto, da região da Jónia, na Ásia Menor. Escreveu uma *Descrição da Terra*, em duas partes, Europa e Ásia, ilustrada por um mapa, o segundo da Antiguidade. Foi o mais notável dos precursores de

Heródoto, natural de Halicarnasso, nas costas da Ásia Menor, actual Turquia, e que viria a morrer no ano 444 a. C.

É um dado aceite pela comunidade científica que os Celtas habitaram no Sul de Portugal, onde terão chegado no séc. V a. C. Com efeito, esta é a data apontada por Luís Berrocal Rangel (1998: 90), arqueólogo da Universidade Autónoma de Madrid, que se baseou em dados arqueológicos, cruzados com as informações provenientes dos autores clássicos.

De facto, nas *Histórias* (II.33.3) de Heródoto, os povos celtas aparecem identificados uma primeira vez no Sudoeste da Península Ibérica, como vivendo para além das colunas de Hércules; este historiador grego, no Livro IV (49.3), volta a mencioná-los, insistindo na sua vizinhança com os Cinetes, quando nos fala do rio Istro, ou seja, do Danúbio (2011: 62):

De facto, o Istro atravessa a Europa inteira, desde os Celtas, os povos que, a seguir aos Cinetes, são os que ocupam a parte mais ocidental da Europa; cruza portanto a Europa de ponta a ponta e avança para os flancos da Cítia.

A estes Cinetes, cujas povoações eram contíguas aos Cempsos, se refere Rúfio Festo Avieno, poeta latino do séc. IV d. C., natural da Etrúria, na *Orla Marítima* (1992: 22), dizendo-nos que eles possuíam uma importante cultura de caprídeos, que se desenvolvia junto ao promontório de Sagres:

Segue-se um promontório que assusta pelos seus rochedos, também ele consagrado a Saturno. Ferve o mar encrespado e, rochoso, o litoral estende-se ao largo. Aqui os habitantes criam cabras de longo pelo e numerosos bodes que percorrem sem cessar os bosques da região, produzindo densa lã, aproveitada nos acampamentos e nas velas dos marinheiros.

Este poema, de que nos chegaram apenas excertos do primeiro livro, relata-nos, sob a feição de um périplo, as aventuras de uma viagem desde o Ponto, no Oriente, até à Bretanha, protagonizadas por um navegador de Massália, actual Marselha, no sul de França, que teria escrito as suas memórias no último quartel do séc. VI a. C. De notar que este périplo massaliota contém «acrescentos posteriores de autores vários e de épocas diferentes» (Avieno, 1992: 12). A única referência a Celtas, neste poema latino, no verso 133, permite identificar a sua localização na região da Frísia; da Península Ibérica não há notícias destes povos. Daí mais um argumento favorável à tese que abona o séc. V a. C. como a data mais provável para sinalizar a presença dos Celtas no Sul de Portugal, no Alentejo e Algarve, cuja influência se estendia às províncias de Badajoz e de Huelva, a oeste, na antiga *Baeturia*; a oriente, habitavam-na os Túrdulos.

Foi precisamente este Rúfio Festo Avieno, para além de outras, como Demétrio de Falero (c. 354 - c. 283 a. C.), Políbio (202 - 120 a. C.), Eratóstenes (c. 276 - 197 a. C.) e Hiparco

de Niceia (c.190 – 120 a. C.), uma das fontes utilizadas pelo historiador grego Estrabão (64/63 – 23/24 d. C.), na redação do terceiro livro da sua *Geografia*, intitulado «Geografia da Ibéria». Dada a importância capital deste geógrafo de Amasia, na Capadócia, região da Ásia Menor, para o estudo da paleoetnologia da Península Ibérica, deste volume vai trazer-se à colação um primeiro testemunho (III.1.6), que revela alguma imprecisão quando à sua localização geográfica (Cardoso, 1994: 39):

Na faixa litorânica contígua ao Promontório Sagrado tem começo não só o lado ocidental da Ibéria, que se dilata até ao estuário do Tejo (Tágis), senão que o lado sul, que se prolonga até ao rio, o Anas e a sua embocadura. Um e outro destes rios correm das partes do levante. Mas, ao passo que o Tejo, muito maior que o outro, se dirige em linha recta para o poente, o Ana inflecte para o sul, e delimita uma «mesopotâmia» que é povoada na sua maior parte pelos Célticos e alguns dos Lusitanos a quem, de além da outra banda do Tejo, para ali transplantaram os Romanos.

No passo seguinte (III.2.15), o historiador já faz incidir mais alguma luz no assunto (Cardoso, 1994: 61):

Em consequência da prosperidade do país, os Turdetanos têm costumes dóceis e civilizados, assim como os célticos, em virtude da vizinhança, segundo disse Políbio, pelo seu parentesco, mas estes (os Célticos) menos, porquanto, na sua maioria, vivem em aldeias.

Clarividente, quanto à presença dos povos celtas no Sul de Portugal, é o terceiro passo (III.3.5). Com efeito, ao descrever os povos do Noroeste peninsular, fala dos Artabros, junto aos quais viviam os célticos, parentes dos que habitam junto ao Anas. E foram estes que, com os Túrdulos, empreenderam uma travessia do território até ao rio Lima (Cardoso, 1994: 67-68):

Os últimos são os Artabros, que habitam na vizinhança do cabo, que chamam Nério, e que é o termo dos lados oriental e boreal; perto deste (mesmo cabo vivem ainda) os Célticos, parentes daqueles outros que habitam nas cercanias do Anas. Sem dúvida diz-se que estes e os Túrdulos, após terem atravessado o rio Lima numa sua expedição (contra estes povos), ali se rebelaram; e que após esta rebelião, como o chefe se perdesse, por ali mesmo ficaram dispersos e que por esse motivo o rio se chamou também Letes.

Continuando ainda em Estrabão, desta feita focalizando a nossa atenção no carácter deste povo, nos usos e costumes, para nos apercebermos da parcialidade da opinião deste geógrafo grego. No capítulo IV, descreve a costa litoral da Ibéria compreendida entre as Colunas de Hércules e os Pirinéus, banhada pelo Nosso Mar, o *mare nostrum*. Ao falar das facilidades de que gozavam os Gregos entre estes povos bárbaros, diz que isso

é facilitado pela divisão que impera entre estes povos, que os enfraquece perante os estrangeiros. Uma crítica que vai direitinha para os Iberos (Cardoso, 1994: 79-80):

Levavam vida de aventureiros e bandoleiros, ariscando-se a pequenas (empresas) e não se entregando a grandes cometimentos, por não serem capazes de) aparelhar grandes reforços nem alianças. Sem dúvida, se tivessem querido coligar-se, na guerra, uns com os outros, não teria sido possível subjugar a maior parte do seu país, nem aos Cartagineses, devido à sua superioridade, nem antes mesmo aos Tírios, e depois, aos Celtas que actualmente são chamados Celtiberos e Berões, nem ao bandoleiro Viriato, nem a Sertório, nem, depois disso, a alguns outros que cobiçaram aumentar o seu poderio. E aos Romanos, para fazerem guerra aos Iberos, por partes, tribo após tribo, submentendo já uma, já outra, até que sujeitaram a todos, ao cabo de duzentos ou mais anos. E agora volto à descrição.

E um pouco mais à frente, acentua-se a crítica aos costumes dos Iberos, que os iguala aos dos Celtas. Num tom a roçar o sarcasmo e de clara diminuição do seu carácter. Depois de dizer que toda esta costa é fértil em oliveiras, vinhas, figueiras e outras árvores semelhantes, acrescenta que a costa oceânica do atlântico tem falta delas, devido ao frio excessivo (Cardoso, 1994: 90-91)

[...] e no resto (do país), na maior parte por negligência dos homens e por viverem sem preocupações, mas mais pelas necessidades e impulsos bestiais com costumes miseráveis. Porque ninguém dirá que vivem com asseio os que se lavam com urina pútrica, conservada em depósitos, e aqueles, tanto homens como mulheres deste povo, que com eles esfregam os dentes como, segundo dizem, (fazem) os Cântabros e seus vizinhos. Este costume e o de dormir no chão é tanto dos Iberos como dos Celtas.

Como dizíamos no início, para a identidade de um povo, de uma nação muito concorre o conhecimento da história. A realização universal da *humanitas* em cada homem concreto implica uma memória, que nos transmite a identidade. E esta está alicerçada no torrão natal em que nascemos e na Família, que não escolhemos. Por isso, a nacionalidade é um direito universal; por isso, é natural que os homens sintam necessidade de mostrar o seu amor à Pátria que os acolheu.

É neste contexto que nos atrevemos a apresentar um espírito de quinhentos plasmado por este espírito, o humanista eborense André de Resende (1500-1573). Ao redigir o seu reconhecido manual de Lusitanidade, «As antiguidades da Lusitânia», para usar uma expressão do Professor Miguel Rosado Fernandes, fê-lo à maneira da época, iniciando a sua exposição pela etimologia do nome Lusitânia. E a grande novidade vai aparecer com a sistematização que apresenta relativamente aos povos que a habitaram, tais como os Túrdulos, Vetões, Célticos... Diz ele (Resende, 2009: 111-112), no Livro Primeiro, a respeito dos célticos:

Contíguos e misturados com os Turdetanos estão os Célticos, de raça gaulesa, os quais, na região do Guadiana, se expandem largamente até aos territórios dos Túrdulos e Vetões com as suas cidades, entre as quais ainda hoje se distinguem Eivas. Atestam a sua própria origem o nome que têm: são eles não só os antepassados dos Célticos que habitaram na galécia, junto ao cabo Nério a que deram o nome, mas também dos Célticos que, emigrando para a outra margem do Guadiana, fundaram cidades da Betúria, uma parte da Bética.

E, logo de seguida, cita Estrabão (III.3.5), com estas palavras (Resende, 2009: 112):

Aos primeiros refere-se Estrabão com as seguintes palavras: "Os mais recuados, os Ártabros, vivem junto do promontório chamado Nério que é o limite não só do lado ocidental, como do setentrional. Na sua periferia, encontram-se os célticos, da mesma raça daqueles que vivem perto do Guadiana. Contam que quando estes últimos e os Túrdulos organizaram como aliados uma expedição, depois da travessia do rio Lima desertaram, e tendo-se dado nessa deserção a perda do chefe ficaram naquele mesmo local errantes e dispersos e foram eles mesmos que deram ao Lima o nome de rio do Esquecimento".

Como se pode perceber, e como já foi observado por Manuel Maia (1985), este texto de Resende é fiel a Estrabão. E conclui este capítulo dedicado aos povos célticos com uma menção à *História Natural* (III.1.13) de Plínio-o-Antigo (Resende, 2009: 112):

Acerca dos outros, diz Plínio no livro terceiro, capítulo primeiro: «Esta região, a chamada betúria, [16] estende-se mais além da que foi referida, entre o Bétis e o Guadiana, dividida em duas partes e outros tantos povos: os Célticos do Convento Hispalense, que confinam com a Lusitânia, e os Túrdulos que vivem junto da Lusitânia e da Tarraconense, dependentes da jurisdição de Córdova. Que os Célticos provieram dos Celtas da Lusitânia é evidente pela identidade do culto, língua e nome de povoações, que na bética se distinguem pelos cognomes.

E por se falar em cognomes, uma palavra acerca da presença de elementos celtas na Língua Portuguesa. Segundo o reconhecido académico de Viena, Joseph Huber, que, entre nós, em edição póstuma, publicou um compêndio gramatical do português antigo, em 1986, com a chancela da Fundação Calouste Gulbenkian, os vestígios celtas são escassos no vocabulário da Península Ibérica são escassos. Ainda assim aponta, em primeiro lugar, três exemplos de vocábulos que entraram para o português antigo através do latim: *bragas*, 'calças' < braca(s); *camisa* < camisa; *carro* < carru. Depois, outros exemplos de palavras celto-gaulesas: *caminho* < caminnu; *cambiar* < cambiare; *lousa* < *lausa; *brio* < *brivos; *barga* 'margem alta em declive' < *bargo; *Galiza* soa a celta: *galego* < Gallaecu (o sufixo em Gallaecu é, contudo, celtibérico ou ibérico); *Coimbra* (port. mod. *Coimbra*) < Conimbriga; *Lima* (nome de rio) < Limia.

E, a propósito do rio Lima, também denominado do Esquecimento, voltamos a André de Resende, que o cita vinte e duas vezes. No Livro II, indica os nomes dos rios dos Brácaros, corrigindo Pomponio Mela (*Corogr.* III.1.10), que se limita à sua enumeração (o Ave, o Leça, o Minho e o Lima), sem respeitar a sua verdadeira ordem: Leça, Ave, Neiva, Lima e Minho, pois assim se seguem a partir do Douro. Passa, depois, à caracterização da nascente deste rio, corrigindo Estrabão (Resende, 2009: 196):

O Lima conserva o nome, mas Estrabão (III.3.4) menciona outro nome: "O rio do Esquecimento, diz ele, a que alguns chamam Lima e outros Bélión". Engana-se, porém, Estrabão ao dizer que o Lima corre dos Celtiberos e dos Vaceus. Na realidade não nasce longe, vem de certos terrenos pantanosos entre a cidade de Orense e a vila de Monterrei. Chama-se vulgarmente àquela zona Límia e aos seus habitantes Límicos, como é evidente pela coluna de Chaves que apresentei anteriormente.

Logo de seguida, Resende explica a razão que levou Estrabão a atribuir a este rio o cognome de rio do Esquecimento (Resende, 2009: 196):

O mesmo Estrabão mostrou a causa do cognome Esquecimento e nós, baseados nele, aflorámo-lo ligeiramente quando nos ocupámos dos Célticos que estão junto ao Guadiana. No entanto, voltamos ainda a ela, porque parece ser aqui o lugar adequado.

Quando os Célticos Lusitanos, que se estendem até ao Guadiana, e os Túrdulos Velhos chegaram a estas paragens como aliados, perderam o chefe numa sedição que rebentou depois da travessia do Lima e instalaram-se naquela região desgarrados e dispersos. Por este motivo é o rio chamado do Esquecimento, porque esquecidos da expedição que tinham empreendido e da mútua discórdia, ali ficaram em paz depois disso.

E assim se tornou famoso um rio, de temerosas águas que ao seu contacto sobrevinha imediatamente o esquecimento (Resende, 2009: 196-197):

A fantasia aumentou o escrúpulo religioso a ponto de se acreditar que, pelo contacto com as águas do rio, sobrevinha o esquecimento, de tal maneira que, segundo lemos no *Epítome* de Lívio (*Per.* LV) e segundo referiu de passagem Plutarco na secção trigésima terceira dos *Problemas* (34), como Décio Bruto ali tivesse chegado com o exército e os soldados não tivessem querido passar o rio, ele próprio o atravessou depois de arrebatar o estandarte ao porta-estandarte, assim os persuadindo a passar. Eis a razão por que Plínio (*História Natural* IV.22.115) diz que este rio está muito envolvido pela lenda.

Quase a concluir, vou terminar com uma referência mais ao rio Lima, a par do rio Minho, sinónimos da mesa farta desta região (Resende, 2009: 198):

De resto, todos estes rios e em primeiro lugar o próprio Minho são abundantes em peixes apreciados, lampreias, sáveis, trutas, trutas assalmonadas, trutas arco-íris e salmões. O Lima produz salmões e soilhos, ou seja, asturjões, mas bastante pequenos. O Minho, por seu lado, tem-nos notáveis, de tamanho enorme e muito bons.

No início desta reflexão, falei em solidariedade. Que ela floresce, sobretudo, nas sociedades cultas, que valorizam a História. Pode considerar-se um exercício dessa natureza o que acabamos de fazer, consultando as fontes clássicas, da Grécia e de Roma. Autores que são capazes de aproximar homens e nações tão diferentes deste nosso mundo, e cuja superioridade é de reconhecimento unânime. O filólogo alemão, Helmut Meissner (2005: 197), diz mesmo que

... é inegável que homens de nacionalidades diferentes se compreendem melhor quando, no momento em que se conhecem, descobrem as suas preferências comuns pelas literaturas grega e latina.

Com efeito, dado que elas são património comum, fica, desde logo, afastada qualquer rivalidade nacional. Por isso, os classicistas estão numa posição privilegiada para demonstrar a importância do princípio da complementaridade e do respeito pela singularidade dos povos, tendo em conta a sua história, a sua identidade. A Europa dos valores revê-se neste património comum da Antiguidade Clássica, de importância inquestionável. Daí emergem os laços de parentesco cultural que emprestam coesão às nações europeias, mesmo em momentos de crise, como a actual.

Referências

- ARRUDA, Ana Margarida, «Celtas no Sul de Portugal: as fontes clássicas e os dados arqueológicos», disponível em http://www.joseluispaniagatebar.es/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=169&Itemid=48 (consultado em 2012.06.07).
- AVIENO (1992), *Orla Marítima*, introdução, versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira, Coimbra.
- CARDOSO, José (1994), *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão*, introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do "Livro III dos estudos geográficos, históricos e antropológico-culturais", Braga, Edições APPACDM de Braga.
- FABIANO, Carlos (1992), «O passado proto-histórico e romano» in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. I - *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, máxime pp. 76-201.
- HERÓDOTO (2011), *Histórias: livro 4.º*, introdução, versão do grego e notas de Maria de Fátima Silva e de Cristina Abranches Guerreiro, Lisboa, Edições 70.
- MAIA, Manuel (1985), «Celtici e Turduli nas fontes clássicas», in *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispánicas*, Salamanca, pp. 165-177.
- MESSNER, Helmut (2005), «A Antiguidade cria laços. Iniciativa em favor de uma cultura humanística na Europa», tradução do original alemão por Francisco de Oliveira, BEC, 43, pp.193-199.
- RANCEL, Luis Berrocal (1998), *La Baeturia. Un territorio preromano en la baja Extremadura*, Badajoz.
- RESENDE, André (2009), *As Antiguidades da Lusitânia*, introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TORGA, Miguel (1993), *Diário XVI*, Coimbra, Edição do Autor.